



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Definição do objeto

Aquisição de *pen drives USB*, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, com a finalidade de uso exclusivo da Justiça Eleitoral.

2. Fundamentação da Contratação

A contratação fundamenta-se na necessidade de prover o ambiente da Justiça Eleitoral para o funcionamento do Sistema de Transmissão de Resultados de Urna por meio da solução JE-Connect, que utiliza dispositivos de memória flash do tipo *pen drive USB* para sua operação.

A aquisição de *pen drives* visa atender à ampliação dos Pontos Intermediários de Transmissão para as Eleições de 2026, e justifica-se pela necessidade de geração dos kits do sistema JE-Connect, utilizado na transmissão de dados da Justiça Eleitoral.

3. Descrição da solução

Item	Objeto	Quantidade
1	Pen drive USB 3.0 32 GB, conforme as condições e características técnicas mínimas descritas no subitem 4.1 deste Termo de Referência.	500 (quinhentas) unidades

3.1. Estudo Técnico Preliminar

O Estudo Técnico Preliminar consta no Processo Administrativo Eletrônico n. 8.920/2026.

3.2. Marcas e Modelos / Códigos de Referência

As marcas de referência, códigos e modelos citados prestam-se tão somente a determinar os requisitos que devem estar presentes no objeto pretendido (servem, portanto, como parâmetro de aferição das especificações exigidas para os produtos solicitados, afastando-se eventuais dúvidas que possam ser suscitadas – destarte, serão aceitos pela Administração, sem restrições, produtos similares ao indicado, que detêm as especificações daquele).

Modelos de referência:

Item 1 - Pen drive USB 3.0 32GB:

- Sandisk Cruzer Ultra Flair (SDCZ73-032G-G46), ou similar ou de melhor qualidade;
- Sandisk Ultra Shift USB 3.2 Gen 1 Flash Drive Clé USB 3.2 Gen 1 (SDCZ410), ou similar ou de melhor qualidade;

3.3. Códigos SIASG

392690 - Memória Flash.

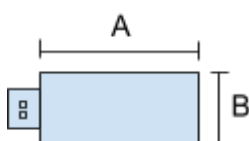


Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

4. Requisitos da contratação

4.1. PEN DRIVE USB 3.0 32 GB

- 4.1.1. Dispositivo de armazenamento de dados em memória flash tipo “pen drive”, com conector padrão USB-A 3.0 (USB 3.2 Gen 1), ou superior;
- 4.1.2. Capacidade de armazenamento mínima de 32 GB (trinta e dois Gigabytes);
- 4.1.3. Velocidade de gravação de, no mínimo, 50 MB/s (cinquenta Megabytes por segundo);
 - 4.1.3.1. Para validação do cumprimento deste requisito, serão realizados testes de desempenho em **5 (cinco) unidades do produto cotado (marca/modelo da proposta comercial) a serem disponibilizadas pela licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar**, a título de amostras para testes, conforme descrito no subitem 4.1.16;
 - 4.1.3.2. Todos os modelos de produtos cotados serão submetidos a testes de desempenho, inclusive os modelos de referência indicados no subitem 3.2. Tal exigência justifica-se pela variabilidade de componentes internos utilizada pelos fabricantes em um mesmo modelo (o que gera oscilações na performance dos dispositivos), bem como pelo risco de circulação de réplicas dos produtos originais;
 - 4.1.3.3. No caso de aprovação, as unidades recebidas como amostra serão contabilizadas, após o recebimento das demais unidades da mesma marca e modelo, para fins de recebimento provisório e definitivo do objeto;
 - 4.1.3.4. No caso de reprovação do produto, todas as unidades recebidas como amostras serão devolvidas ao licitante desclassificado;
- 4.1.4. Conector USB tipo A Macho, compatível com portas USB tipo A, padrão USB 3.0 (USB 3.2 Gen 1);
- 4.1.5. Estrutura emborrachada, metálica ou plástica, com alça para fixação em chaveiro, com dimensões mínimas de 20mm x 10mm (A x B) e máximas de 75 mm x 25mm (A x B), conforme desenho abaixo;



- 4.1.6. Suportar operação em temperaturas de até 45º C;
- 4.1.7. Suportar conexão “Plug & Play” sem a necessidade de instalação de drivers ou programas para seu reconhecimento como mídia removível nos sistemas operacionais Windows 10 e 11;
- 4.1.8. Deverá funcionar sem necessidade do uso de cabos, fonte de alimentação, bateria ou qualquer outro acessório externo;
- 4.1.9. Todos os dispositivos deverão ser do mesmo fabricante e modelo, com controladores e memórias flash idênticos;
- 4.1.10. Todos os dispositivos deverão ser identificados através dos campos “idVendor” e “idProduct”, na memória da controladora;
- 4.1.11. Cada dispositivo deverá possuir número serial individual único, distinto dos demais dispositivos, gravado na memória da sua controladora, identificado através do campo “SerialNumber”;
- 4.1.12. Os dispositivos deverão seguir as definições estabelecidas para o padrão USB descritas pela *USB Implementers Forum*;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- 4.1.13. **Os dispositivos devem ser reconhecidos como unidade de inicialização pela BIOS/UEFI;**
- 4.1.14. O dispositivo deverá possuir garantia do fabricante de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses;
- 4.1.15. Os produtos devem ser novos, de primeiro uso.
- 4.1.16. **TESTE PARA AFERIÇÃO DA VELOCIDADE DE GRAVAÇÃO E DESEMPENHO DAS AMOSTRAS:**
- 4.1.16.1. **Quantidade de dispositivos a serem testados:** 5 (cinco) *pen drives* fornecidos como amostras;
- 4.1.16.2. **Prazo para recebimento das amostras:** as amostras (5 *pen drives*) devem ser recebidas pelo TRE-SC em até 5 (cinco) dias úteis a partir da convocação pelo pregoeiro;
- 4.1.16.3. **Infraestrutura a ser utilizada nos testes:**
- Computador: Modelo Positivo MASTER C8400 MINI PRO DESKTOP MINI; Processador: INTEL CORE I5-13500; Memória RAM: 16 GB; SSD: 500 GB.
 - Sistema Operacional: OpenSUSE Tumbleweed (com atualizações estáveis do dia);
 - Interface: Conexão direta à porta USB (USB 3.2 Gen 1).
- 4.1.16.4. **Ferramenta e parâmetros:** A aferição será realizada via interface de linha de comando (CLI) utilizando os utilitários “*dd*” e “*fio*” em nível de bloco. As diretrizes de configuração são:
- Dados aleatórios: Utilização de dados não compressíveis para neutralizar tecnologias de compressão de controladoras que possam inflar artificialmente o desempenho;
 - Tamanho do bloco: Definido em 1 MB (um Megabyte);
 - Volume de dados: Definido em 1 GB (1 Gigabyte ou mil Megabytes) para a garantia de uma amostra estatisticamente significativa;
 - Escrita direta e sincronização: É obrigatório o uso de sinalizadores (*flags*) que ignorem o cache de memória do sistema operacional e do dispositivo (*oflag=direct, dsync* ou *direct=1*), forçando a gravação física imediata na memória flash.
- 4.1.16.5. **Procedimento de teste de gravação/escrita:** O teste de escrita direta em nível de bloco destrói os dados existentes na partição. Os comandos deverão ser executados com privilégios de superusuário (*root* ou *sudo*). Nos comandos abaixo, “*/dev/sdX*” deve ser substituído pelo nome do dispositivo.
- a. `openssl rand 1G > /dev/shm/rand1G; dd if=/dev/shm/rand1G of=/dev/sdX bs=1M status=progress oflag=direct count=1000 conv=fdatasync`
 - b. `fio --name=teste --filename=/dev/sdX --rw=write --direct=1 --bs=1M --size=1G --ioengine=sync --fdatasync=1 --group_reporting`
- 4.1.16.6. **Critério de aceitação:** O teste de desempenho será aplicado individualmente em cada um dos 5 (cinco) *pen drives* que compõem a amostra, devendo, cada um dos *pen drives*, ser aprovado no teste de desempenho para a aceitação da proposta comercial. O critério de medição será a velocidade média de escrita (gravação) reportada pelos utilitários ao final de cada operação. Assim, em cada um dos 5 (cinco) *pen drives*:
- Serão realizadas 03 (três) medições consecutivas com o comando “*dd*”;
 - Serão realizadas 03 (três) medições consecutivas com o comando “*fio*”;
 - **O produto será considerado REPROVADO caso TODAS as 6 medições estejam abaixo de 50 MB/s, ou caso o produto não seja reconhecido como unidade de inicialização por BIOS/UEFI.**

5. Modelo de execução do objeto



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

5.1. Prazos

O prazo para entrega dos bens será de 20 dias, contado a partir do recebimento da Nota de Empenho.

5.2. Local de entrega

Os objetos deverão ser entregues na Seção de Gestão de Ativos de TI da STI, localizada no 2º andar do prédio-sede do TRE-SC, sito à Rua Esteves Júnior 68, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88.015-130.

5.3. Recebimento provisório e definitivo

- a) O recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado.
- b) O recebimento definitivo dar-se-á em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório, após verificação da conformidade com as especificações técnicas.

5.4. Pagamento

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de 10 (dez) dias úteis após o recebimento definitivo do objeto.

5.5. Garantia do objeto

Para o Item 1 (*pen drives USB*): garantia do fabricante de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses;

5.6. Vigência da contratação

A contratação terá vigência a partir da emissão da nota de empenho até o recebimento definitivo do objeto.

5.7. Obrigações do Contratante

Efetuar o pagamento conforme prazos estabelecidos, fiscalizar a execução e fornecer informações necessárias à entrega.

5.8. Obrigações da Contratada

- 5.8.1. Executar o objeto nas condições estipuladas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 5.8.2. Entregar os produtos **em até 20 (vinte) dias corridos, após o recebimento da Nota de Empenho devidamente assinada pelo representante do TRE-SC, na Seção de Gestão de Ativos de TI, situada no 2º andar do prédio-sede do TRE-SC, localizado à Rua Esteves Júnior, n. 68, Centro, Florianópolis/SC**, em dia útil, das 13 às 19 horas, sem que implique acréscimo no preço da proposta;
- 5.8.3. Entregar produtos novos (sem uso anterior) e idênticos, com componentes internos e externos com os mesmos padrões de cores, acessórios, características físicas, capacidade, qualidade e desempenho. Serão recusados os produtos que possuam componentes com sinais claros de oxidação, danos físicos, sujeira, riscos ou outro sinal de desgaste, mesmo sendo o componente ou acessório considerado novo pelo fornecedor dos produtos;
- 5.8.4. Substituir, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da notificação emitida pelo TRE-SC, o produto entregue no qual for constatada qualquer irregularidade. Em caso



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

de substituição de produto, correrão à conta da contratada as despesas decorrentes da devolução e da nova entrega;

5.8.5. Não subcontratar, total ou parcialmente, o objeto desta contratação.

5.9. Transferência de conhecimento

Não se aplica a esta contratação.

5.10. Direitos autorais

Não se aplica a esta contratação.

5.11. Qualificação técnica ou formação dos profissionais envolvidos na execução

Não se aplica a esta contratação.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. Gestão do contrato

6.1.1. As atividades de gestão contratual compreendem:

- a) coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa;
- b) acompanhar os registros realizados pela fiscalização do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;
- c) acompanhar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;
- d) coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;
- e) coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente às unidades competentes, para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;
- f) elaborar o relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, com as informações obtidas durante a execução do contrato;
- g) coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio da fiscalização técnica e administrativa;
- h) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelas fiscalizações técnica e administrativa quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- i) realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais; e
- j) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

6.1.2. As atividades de fiscalização técnica do contrato compreendem:

- a) prestar apoio técnico e operacional à gestão do contrato com informações pertinentes às suas competências;
- b) anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- c) emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexistência ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;
- d) informar à gestão do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
- e) comunicar imediatamente à gestão do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;
- f) fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar à gestão do contrato para ratificação;
- g) comunicar à gestão do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;
- h) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com a fiscalização administrativa;
- i) auxiliar a gestão do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e
- j) realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

6.1.3. As atividades de fiscalização administrativa do contrato compreendem:

- a) prestar apoio técnico e operacional à gestão do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;
- b) verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;
- c) examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias;
- d) atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar à gestão do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;
- e) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com a fiscalização técnica;
- f) auxiliar a gestão do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

g) realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

6.2. Gestão e fiscalização

A equipe de gestão da contratação será composta por:

	Titular ou substituto das unidades
Gestor da contratação	Seção de Gestão de Mudanças e Problemas de TI
Fiscal técnico	Seção de Gestão de Ativos de TI
Fiscais administrativos	Seção de Gerenciamento de Contratações e Seção de Preparação de Pagamentos e Análise Tributária

6.3. Instrumentos Formais

A contratação será formalizada por meio de nota de empenho.

6.4. Acompanhamento do Contrato

A comunicação entre o TRE-SC e a Contratada poderá ocorrer por contato telefônico (48-3251-3700), e-mail (csit-segati@tre-sc.jus.br) ou pessoalmente, no local da entrega dos produtos (Seção de Gestão de Ativos de TI, Rua Esteves Júnior nº 68, 2º andar, 88015-130, Florianópolis/SC).

6.5. Alocação de riscos

Não se aplica a esta contratação.

7. Critérios de medição e de pagamento

Não se aplica a esta contratação.

8. Reajuste ou repactuação

Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados após 1 (um) ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, utilizando-se, para o cálculo, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado na ocasião, ou, na hipótese de extinção deste índice, utilizar-se-á o que venha a substituí-lo.

9. Forma e critérios de seleção do fornecedor

9.1. Parcelamento e adjudicação

A adjudicação será por item, dado que o parcelamento em itens mostra-se técnica e economicamente viável.

9.2. Seleção do fornecedor



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

A seleção do fornecedor será realizada por meio de pregão eletrônico.

Considerando a alta variabilidade de desempenho e a recorrente discrepância entre as velocidades nominais (anunciadas nas embalagens) e as velocidades reais de escrita em memórias flash, a conformidade da proposta do fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar deverá ser verificada mediante a apresentação e homologação de amostras.

A exigência justifica-se pela necessidade de garantir que os dispositivos entregues possuam desempenho técnico compatível com as demandas do TRE-SC (instalação de sistema específico da Justiça Eleitoral em vários kits (pares de *pen drives*) para os diversos cartórios eleitorais de Santa Catarina).

Dispositivos de baixa qualidade técnica podem comprometer a produtividade e a segurança das operações do sistema. A prova de conceito assegura que o produto ofertado não apenas possui a capacidade de armazenamento declarada, mas também a taxa de transferência mínima necessária para a eficiência do serviço. A avaliação será estritamente objetiva, seguindo os procedimentos técnicos detalhados no Subitem 4 (Requisitos da Contratação) deste Termo de Referência.

Além do teste de velocidade de gravação, o dispositivo deve ser obrigatoriamente reconhecido como unidade de inicialização (boot) por sistemas BIOS e UEFI. O não reconhecimento acarretará a reprovação imediata da amostra.

A homologação ocorrerá na fase de julgamento das propostas, com prazo de 5 (cinco) dias úteis para entrega das 5 (cinco) unidades de amostra pelo fornecedor convocado. Caso a amostra seja reprovada, o fornecedor será desclassificado e o próximo colocado será convocado para apresentar seu produto, sucessivamente.

9.2.1. Critérios de habilitação

Não há requisitos específicos de qualificação técnica e econômico-financeira.

9.2.2. Critérios de preferência e de desempate

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006.

9.2.3. Modalidade de licitação e critério de julgamento

O objeto pretendido é bem comum, oferecido por diversos fornecedores no mercado, apresentando características padronizadas e usuais, o que justifica, portanto, a utilização da modalidade "Pregão" e do critério de julgamento "Menor Preço".

10. Estimativas do valor da contratação

Item	Descrição resumida	Quant.	Valor unitário estimado	Valor total estimado
1	Pen drive USB 3.0 32 GB	500	R\$ 86,00	R\$ 43.000,00
VALOR ESTIMADO TOTAL				R\$ 43 .000,00

11. Alinhamento da contratação



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

11.1. Plano de Contratações Anual

Anexo II do PCA 2026, item 11 - "Componentes e consumíveis para manutenção de equipamentos e infraestrutura de TI".

11.2. Plano de Logística Sustentável

Não foram identificados conflitos do objeto em relação ao Plano de Logística Sustentável do TRE-SC.

11.3. Outros instrumentos

OE2 - Promover a Transformação Digital.

12. Adequação orçamentária

Item	Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Valor
1	02.122.0033.20GP.0042	3.3.90.30	R\$ 43.000,00
Total			R\$ 43.000,00

13. Descumprimento contratual e penalidades

13.1. Nos termos da Portaria P n. 39/2023, o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao responsável, pelas infrações administrativas previstas no subitem 13.1, as seguintes sanções:

- a) advertência;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

b) multa;

c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

13.2.1. A sanção de advertência consiste em comunicação formal ao fornecedor que deu causa à inexecução parcial do contrato, conforme previsto na alínea "a" do subitem 13.1.

13.2.1.1. A advertência retira do fornecedor a condição de infrator primário, de modo que, em caso de reincidência, sanção mais severa poderá lhe ser aplicada, devendo ser observado o disposto no subitem 13.3.

13.2.2. A sanção de multa tem natureza pecuniária e poderá ser moratória ou compensatória, observados os seguintes termos:

a) o atraso injustificado no cumprimento dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), acrescida de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, a partir do segundo dia de mora, sobre o valor da parcela em atraso, e sua aplicação não dispensa a Contratada do cumprimento da obrigação inadimplida;

b) a inexecução parcial do objeto sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela não executada do objeto;

c) a inexecução total do objeto sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do objeto contratado.

13.2.2.1. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções estabelecidas neste Termo de Referência.

13.2.2.2. Ultrapassados 30 (trinta) dias de mora, será avaliada a possibilidade de aplicação da conversão da multa de mora para a compensatória por inexecução contratual.

13.2.2.3. A multa poderá ser aplicada em dobro se o infrator for reincidente, ou seja, se tiver sido sancionado por este Tribunal após decisão transitada em julgado, observando-se o disposto no subitem 13.3.

13.2.2.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Termo de Referência.

13.2.2.5. A multa aplicada será:

a) retida cautelarmente dos pagamentos devidos pela Administração e recolhida em definitivo ao Erário, após o trânsito em julgado da decisão que a impôs;

b) descontada de eventuais faturas pendentes de pagamento;

c) paga pelo fornecedor por meio de GRU;

d) descontada do valor da garantia prestada; ou

e) cobrada judicialmente.

13.2.3. A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 13.1, "b" a "g", pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo ou dar causa à inexecução total do contrato: Prazo - 6 (seis) meses;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Prazo - 1 (um) mês;
- c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Prazo - 1 (um) mês;
- d) não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Prazo - 2 (dois) meses;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Prazo - 2 (dois) meses.

13.2.4. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 13.1, "h" a "l", pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: Prazo - 3 (três) anos;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: Prazo - 4 (quatro) anos;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Prazo - 4 (quatro) anos;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: Prazo - 5 (cinco) anos;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013: Prazo - 6 (seis) anos.

13.2.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.2.6. As sanções previstas nos subitens 13.2.3 e 13.2.4 poderão ser majoradas em 10% (dez por cento) para cada agravante, até o limite legal, em razão de:

- a) restar comprovado que o responsável pela infração administrativa tenha registro de penalidade aplicada no âmbito do TRE-SC, por prática de quaisquer das condutas tipificadas no presente Termo de Referência, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;
- b) restar comprovado que o infrator tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;
- c) o licitante ou fornecedor participante da dispensa eletrônica não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo de contratação; ou
- d) restar comprovado que o fornecedor tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

13.2.7. As penas previstas nas alíneas "b" a "e" do subitem 13.2.3 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, após a incidência das majorações previstas no subitem 13.2.6, quando não tenha havido nenhum dano à Administração, em decorrência de qualquer das seguintes atenuantes:

- a) a conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha escusável do fornecedor;
- b) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado; ou

c) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que reste evidenciado equívoco em seu encaminhamento.

13.2.8. Quando a ação ou omissão do responsável pela infração administrativa ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

13.2.9. A aplicação das sanções previstas no subitem 13.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.2.10. É admitida a reabilitação do licitante ou do contratado sancionado, exigidos, cumulativamente:

a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;

b) pagamento da multa;

c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste subitem.

13.2.10.1. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas "a" e "e" do subitem 13.2.4 exigirá, como condição de reabilitação do fornecedor sancionado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

13.3. Restará afastada a reincidência após transcorrido 1 (um) ano entre a data do trânsito em julgado da decisão que aplicou a anterior penalidade ao infrator e a data da nova infração.

13.4. O responsável pela infração será intimado para apresentação de defesa e especificação de provas que pretenda produzir, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento da intimação.

13.4.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, o infrator poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.4.2. Serão indeferidas pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

13.5. A sanção estabelecida no subitem 13.2.4 é de competência do Presidente do TRE-SC.

13.6. Da aplicação das sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.2 e 13.2.3 caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.6.1. O recurso de que trata o subitem 13.6 será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.7. Da aplicação da sanção prevista no subitem 13.2.4 caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.